



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS SANTA TERESA

Rodovia ES-080, Km 93 – Distrito São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

27 3259-7878

ATA N° 010-2018-CG

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se o Conselho de Gestão do Campus Santa Teresa, às 8h29min, na Sala Nove, localizada no Prédio Pedagógico do Campus Santa Teresa, situado na Rodovia ES-080, Km 93, Distrito de São João de Petrópolis, Santa Teresa – ES para a Sexta Reunião Ordinária do corrente ano. A reunião foi convocada nos termos do Ofício Circular nº 10/2018/CG, de dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, assinado pela Presidente do Conselho de Gestão, Senhora Walkyria Barcelos Sperandio, a qual contou com a presença dos conselheiros: Walkyria Barcelos Sperandio, Milson Lopes de Oliveira, Charles Moreto, Élcio das Graça Lacerda, Juliana Mezzomo Flores, Ana Carla Gujanwski Ferreira, Hediberto Nei Matiello, Edna Nunes da Silva, Marcelo Monteiro dos Santos, Ednaldo Miranda de Oliveira, Adrielli Ramos Locatelli, Tiago Dalapícola e Leonardo de Souza Rocha. A Presidente iniciou a reunião e após os cumprimentos, informou que em virtude de ter uma pauta extensa, a reunião foi agendada excepcionalmente para a parte da manhã, colocou as atas da quinta reunião ordinária e da quarta reunião extraordinária para apreciação, as quais foram aprovadas sem ressalvas. Informou que o Ifes perdeu todo o recurso de emenda impositiva da bancada capixaba, o qual ficou inteiramente para uso da Ufes, pois houve entendimento da Procuradoria Jurídica da Ufes que não seria possível o empenho e repasse ao Ifes. Abriu o **Primeiro ponto de pauta – Informes**, e passou a palavra a Milson Lopes de Oliveira, que apresentou o **Balanço da Administração**, informou que percebeu que estava terminando o ano de dois mil e dezoito aparentemente com “menos fadiga” que os anteriores; ressaltou que houve muita dificuldade e limitações de gestão, mas foi possível fazer mais com menos, informou ainda sobre a oficina de Termo de Referência ministrada pela Coordenadoria de Licitações e Compras, que foi muito elogiada pelos servidores que tiveram a oportunidade de participar e que já existiam vários processos iniciados para garantir as compras de dois mil e dezenove. Edna Nunes da Silva indicou que quando a Diretora Geral assumiu, percebeu-se a necessidade de reativar espaços que estavam ociosos e melhorar espaços para os alunos, assim, durante este ano houve várias pequenas obras que, por medidas de economia, foram realizadas com o pessoal do próprio Campus, comprando apenas o material, e o resultado foi positivo. Milson Lopes de Oliveira informou sobre o recurso do PNAE que foi repassado ao Campus Santa Teresa, sendo realizada uma Chamada Pública no valor de R\$ 93.368,00 (noventa e três mil, trezentos e sessenta e oito reais) para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar; informou ainda que a Reitoria fez um repasse de R\$ 457.073,72 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setenta e três reais e setenta e dois centavos), e como não havia tempo de organizar outra chamada pública com os agricultores familiares, decidiu-se utilizar esse orçamento para o empenho do restaurante institucional. A Presidente registrou a importância da colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa e da Prefeitura Municipal de Santa Teresa para a realização da Chamada Pública. Charles Moreto indicou a importância dessa Chamada Pública para a economia da região, em especial, pelo público alvo ser agricultores familiares. A Presidente manifestou ter grande interesse em recuperar o restaurante institucional, informou que o estudo preliminar foi entregue em dezenove de dezembro do corrente ano, mas que para recuperar o restaurante seria necessário investimento em equipamentos, dessa forma, o contrato com o restaurante terceirizado seria renovado por mais um ano, e colocaria o estudo para análise do Conselho de Gestão na primeira reunião do próximo ano. Hediberto Nei Matiello indicou que, com as reformas, houve a possibilidade de novos espaços na Coordenadoria Geral de Gestão de Campo e, dentro do possível, tem conseguido atender às aulas práticas, a equipe tem conseguido absorver as demandas e manter os projetos de pesquisa no campo, manifestou que a DIAPL tem atendido à Coordenação no que é possível, conseguindo comprar os insumos, indicou a necessidade de cautela nos novos projetos, pois existe limitação de mão de obra e manifestou que a comunidade no entorno estaria atenta à produção da escola, o que traria um marketing positivo, por isso, seria de grande importância o cuidado com a produção e o não desperdício. A Presidente passou a palavra a Élcio das Graça Lacerda, que realizou a apresentação do **Balanço da Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão**, informou que neste ano foram implantados dois Cursos de Pós-

Graduação Latu Sensu no Campus Santa Teresa, um em Educação e Contemporaneidade no primeiro semestre, e Educação e Gestão Ambiental no segundo semestre, ambos com oferta de quarenta vagas e manifestou a importância do Centro de Treinamento ser utilizado para pernoite dos estudantes da Pós-Graduação de Educação e Gestão Ambiental, o que contribuiu para que neste curso não houvesse evasão; informou que por motivos médicos, o Coordenador de Pós-Graduação solicitou sua saída, que a Direção de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão assumiu os trabalhos até que se reponha essa falta e parabenizou o servidor Ednaldo Miranda de Oliveira pela grande contribuição com os cursos. Ainda com a palavra, Élcio informou que no decorrer do ano foram aprovados setenta projetos de pesquisa, sendo quarenta e seis bolsas, dessas dezesseis CNPq, seis FAPES e vinte e quatro Ifes, também houveram vinte e um voluntários em projetos. Falando em valores, foram R\$ 176.600,00 (cento e setenta e seis mil e seiscentos reais) distribuídos nas graduações e R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) no Ensino Médio, seis bolsas em um projeto relacionado a colheita mecanizada do café conilon em parceria com o Incaper. Também houve a publicação de Chamada Pública para participação de empresas públicas e privadas em parceria com pesquisas. O Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão informou que até o momento foram cadastradas três empresas aptas a trabalhar nos projetos e indicou a importância da chamada pública para legitimar o processo de parcerias. Na Extensão foram capacitados cento e trinta estudantes em Curso de Elaboração de Projetos, trinta e quatro servidores das Prefeituras Municipais de Santa Teresa e São Roque do Canaã no Curso FIC de Operador de Máquinas Pesadas e Terraplanagem, com carga horária de cento e sessenta horas, cinco professoras moçambicanas em programa internacional do Governo de Moçambique/CONIF/SETEC/Ifes no Curso FIC na área de Ciências Agrárias: Irrigação e Extensão Rural, também com carga horária de cento e sessenta horas. Élcio informou que a Reitoria custeou a ida de uma pessoa do Campus Santa Teresa para o encerramento da formação moçambicana em Brasília-DF, manifestou que a avaliação desse curso foi muito positiva, bem como a integração dos povos deles aqui no Brasil e agradeceu a todos os envolvidos para o sucesso desse curso FIC internacional. Foi ofertado ainda Curso de Produtor e Classificador de Café Conilon para alunos, servidores e produtores rurais, sendo vinte e cinco pessoas capacitadas. Além disso, foi iniciado o Curso FIC com carga horária de cento e sessenta horas na área de Meio Ambiente e Recomposição Florestal em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaguaré, sendo realizada a oferta de quarenta vagas. O diretor da DPPGE ressaltou que foi realizado Workshop de Cachaça e Aguardente em parceria com o Ministério da Agricultura para trinta e seis produtores de cachaça do Município de São Roque do Canaã e agradeceu a Agrifes em nome da Adrielli Ramos Locatelli pela organização do evento. O Campus Santa Teresa participou também em evento de vitivinicultores, com parceria entre o Ifes, a Prefeitura Municipal de Santa Teresa, o MAPA e o Sebrae para credenciamento de quatro vinícolas junto ao MAPA. Élcio também informou sobre a parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Santa Teresa no Projeto Plantando Água, no qual o Ifes assumiria a responsabilidade de entregar vinte mil mudas de plantas nativas para reflorestamento entre os anos de dois mil e dezenove e dois mil e vinte e, em contrapartida, a Prefeitura disponibilizaria os insumos e quatro bolsas destinadas a estudantes do Curso Superior de Ciências Biológicas. Indicou ainda a necessidade dos docentes que trabalham com pesquisa apresentarem o Relatório RIT de forma semestral e manifestou a intenção da Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão em promover um seminário para os estudantes junto com seus orientadores, o que seria de muita valia. A Presidente indicou a importância do RIT para fins de comprovação pelo professor dos horários reservados para pesquisa. Marcelo Monteiro dos Santos afirmou que a ideia do Professor Élcio era muito boa, porque caiu muito recentemente a exigência dos relatórios parciais por pressão dos próprios pesquisadores, o que gerou a modificação na normativa do Instituto, e entendia que os seminários de pesquisa e extensão atenderiam a necessidade de acompanhamento. Além do seminário ser público, o que possibilitaria a certificação dos alunos e professores que apresentarem as pesquisas. Charles Moreto sugeriu que essa ação poderia ser integrada à Semana da Ciência e Tecnologia. Marcelo Monteiro dos Santos falou sobre o Núcleo de Agroecologia, a Feira de Agroecologia, as ações e programas de extensão, e indicou a aprovação no Conselho Nacional de Educação da estratégia 2.7, que aprovou que nos cursos de graduação dez por cento de sua carga horária deverão ser dedicadas a extensão. Élcio das Graça Lacerda indicou que a proposta de mestrado na qual o Campus Santa Teresa seria Polo não foi aprovada na CAPES e o principal motivo foi que os docentes do Campus ainda não têm uma linha de pesquisa definida, caminhando para a mesma direção. A Presidente manifestou que houve muitos avanços na DPPGE e na extensão e salientou o apoio da REC na divulgação do Processo Seletivo com o “Ifes de portas abertas”. Charles Moreto indicou a necessidade de ação similar destinada à divulgação dos Cursos Superiores para os Terceiros Anos do Ensino Médio das escolas da região. Ednaldo Miranda de Oliveira lembrou que participou da feira de profissões na Escola Santa Catarina e na ocasião apenas o Curso de Agronomia se fez presente. A Presidente esclareceu que os Coordenadores dos Cursos Superiores foram avisados previamente e inclusive confirmaram a participação em reunião do Conselho de Gestão e manifestou que os Coordenadores poderiam ter organizado a participação e divulgação com estudantes dos Cursos. Indicou que o Campus Santa Teresa recebeu visita da terceira Série do Ensino Médio de duas escolas, e em todas as duas visitas a própria Diretora Geral realizou a

divulgação, pois nenhum dos três coordenadores de curso apareceram. Walkyria Barcelos Sperandio afirmou que os coordenadores de curso precisam assumir os seus cursos, a divulgação dos cursos, as responsabilidades e atribuições, mas não tem obtido respostas que garantam o bom funcionamento dos cursos, manifestou que essa não seria uma crítica à pessoa dos coordenadores, mas sim às experiências que vivenciou. Adrielli Ramos Locatelli relatou que o Professor Antonio Resende Fernandes entrou em contato com a Agrifes, que enviou representantes para a Feira de Profissões, indicou que ela não pôde participar então não sabia como foi. Juliana Mezzomo Flores indicou a importância desses eventos, que seria interessante a participação de estudantes do início e do final dos cursos. Charles Moreto ressaltou a necessidade de avançar na questão do kit de divulgação institucional, ao que a Presidente afirmou que a Coordenadoria de Comunicação Social estaria preparando um processo para a contratação do serviço. Tiago Dalapícola manifestou que desde abril do corrente ano foi consultado pela CCSE para contribuições a respeito da implantação do novo site, indicou que encaminhou o texto e sugestões para a página do Curso do qual é Coordenador na intenção de tornar mais palatável a quem acessa, mas percebeu que suas sugestões não foram implementadas no site, e nem teve retorno de o porquê não ter sido implementado. A Presidente indicou que a Coordenadora seria sempre muito solícita, mas que a Coordenadoria de Comunicação Social é muito presa à formalidade, tem muitas normas a serem seguidas e nem sempre o que gostaríamos de implementar existe a possibilidade de fazer, manifestou ainda que a CCSE é responsável pela organização, mas os servidores também devem conhecer os manuais e as políticas de comunicação do Ifes. Tiago Dalapícola indicou a necessidade de atuação em conjunto para planejar as ações de comunicação social, conversar um pouco mais sobre os manuais, na tentativa de alimentar o site dando uma vida cotidiana. Charles Moreto indicou a possibilidade de avançar também para outras mídias, afirmou que o Campus já possui conta no Facebook, mas poderia incluir, por exemplo, os jornais que circulam na região gratuitamente, entre outros. Milson Lopes de Oliveira salientou que a Coordenadora de Comunicação Social e Eventos trabalha sozinha e tem muitas demandas diárias, então seria interessante as pessoas colaborarem no sentido de provocar as demandas de novo, se não teve retorno ligar, enviar e-mail, procurar saber, indicou ainda a ideia de criar uma comissão permanente de divulgação e manifestou ser preciso cuidado com o uso institucional das redes sociais. A Presidente passou a palavra a Juliana Mezzomo Flores que apresentou o **Balanco do Ensino**, indicou que nesse ano houve modificação no Ensino Médio, trazendo o encerramento do ano letivo dentro do mesmo exercício, com as provas finais realizadas em dezembro e não mais em fevereiro do próximo ano, avaliou essa mudança como positiva, pois já teria os resultados consolidados de todas as séries, podendo começar a analisar os dados com cautela. Informou que os resultados foram consolidados em uma reunião exaustiva, com duração de mais de cinco horas realizada no dia dezoito de dezembro do corrente ano, e que a tabulação dos dados havia acabado de ficar pronta, portanto poderia haver alterações, as primeiras e segundas séries não teriam dependência, então caso o aluno reprovasse em alguma disciplina, reprovaria na série, já para as terceiras séries existia a dependência ainda. Juliana informou que na primeira série, de cento e cinquenta e três alunos matriculados, houve dezessete reprovados; na segunda série, de noventa e seis alunos matriculados, houve dezessete reprovados; na terceira série, de oitenta e nove alunos, houve cinco reprovados e vinte e um alunos em dependência; analisando o total de alunos matriculados em todas as séries, houve média de onze vírgula cinco por cento de reprovação. A Presidente indicou que referente aos terceiros anos de dois mil e dezoito seriam apenas nove alunos, os demais já estariam vindo de dependências anteriores. Marcelo Monteiro dos Santos salientou ter sido muito positiva a criação de mais uma turma de Agropecuária e a reformulação do PPC. Juliana Mezzomo Flores ressaltou a importância também do suporte fora da sala de aula. Tiago Dalapícola informou que referente ao Proeja, na reunião final do dia doze de dezembro de dois mil e dezoito, duas alunas ficaram de prova final e foram avaliadas em forma de trabalho. Referente à evasão, o Coordenador manifestou que a turma começou com vinte e quatro alunos e já teria dez evadidos, informou que não criou mecanismos para saber o porquê da evasão, mas com aqueles que conseguiu contato, constatou que o principal motivo é pelo trabalho, em especial pela incompatibilidade do horário de estudo com o horário de trabalho. Edna Nunes da Silva indicou a busca por esse público alvo de algo mais eficaz e com menor duração do curso. Juliana Mezzomo Flores indicou ser uma turma com muito potencial. Milson Lopes de Oliveira manifestou a necessidade de pensar que o perfil desse aluno deve ser diferente do aluno do ensino médio integral, considerando que sua possibilidade de acompanhamento, então enquanto docente precisaria criar uma perspectiva de não buscar a excelência, mas lapidar a pedra bruta. Juliana Mezzomo Flores indicou que na reunião pedagógica do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, o Professor Moacir Rodrigues Filho apontou a importância de entender a motivação das transferências, sugerindo que a política de assistência seria o principal fator desencadeador das mesmas no Campus, e manifestou a necessidade de verificar se era isso mesmo. A Presidente indicou que neste ano, a servidora Ieda Pandolfi comentou sobre a preocupação com as transferências, fizeram então um levantamento dos motivos apresentados ao Registro Acadêmico, sendo que uma aluna transferida para o Campus Serra alegou ter sido vítima de tentativa de estupro, fato inverídico, outro aluno por motivo de saúde, e entre as demais transferências, não havia nenhuma menção da dificuldade de se manter no Campus, foram dezessete no total. A Presidente

ressaltou, ainda, a necessidade de ponderação quando se faz esse tipo de declaração em reuniões de caráter geral, informou que todos os anos a escola retira do seu custeio mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para custear os programas de assistência estudantil, trouxe esclarecimentos sobre a política de assistência estudantil e lembrou a responsabilidade de cada membro do Conselho junto a classe que representa de trazer aquilo que é verdadeiro, bem como de esclarecer as dúvidas referentes às decisões que são legitimadas pelo próprio Conselho. Charles Moreto indicou que no momento ainda não tinha os índices de evasão computados e informou que no Processo Seletivo houve cento e sessenta e três inscritos para o Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio e trezentos e sessenta e três inscritos para o Curso Técnico em Agropecuária. A Presidente salientou que o Campus Santa Teresa nunca teve uma procura tão intensa para o Curso de Técnico em Agropecuária, que superou inclusive os *campi* de Alegre e Itapina. Juliana Mezzomo Flores informou sobre a Portaria nº 548-DG, de 17/12/2018, que determina às Coordenações de Curso a apresentação do quadro demonstrativo de distribuição da carga horária do corpo docente para o próximo ano letivo, a qual já foi levada ao conhecimento de todos os Coordenadores de Curso, manifestou a existência de doze casos de professores com carga horária abaixo das dez horas mínimas e Plano Individual de Trabalho abaixo de quarenta horas, e que a Portaria previa que esses casos deveriam ser objeto de instrução processual, para fins de consulta às instâncias superiores, com vistas a subsidiar a manifestação da gestão em futuros questionamentos administrativos, especialmente nas demandas envolvendo a admissão de professores substitutos e/ou voluntários. A Presidente esclareceu que com a obrigatoriedade de publicação dos PITs recaiu sobre a gestão uma responsabilidade muito grande referente a organização e distribuição de carga horária de ensino, explicou o que propôs a portaria, a qual busca num primeiro momento uma equidade entre os docentes, e caso venham cobranças pelos órgãos de controle dividir a responsabilidade com a PROEN e a PRODI, informou que o Campus Santa Teresa tem mais professores em algumas áreas do que o necessário, contribuindo para um quadro de baixa carga horária de ensino e queda no índice da relação aluno professor (RAP) e enfatizou a necessidade de os docentes buscarem demandas de pesquisa e extensão. A Presidente passou a palavra a Ana Carla Gujanwski Ferreira que apresentou o **Balanco da Assistência à Comunidade**, informou que a primeira ação da Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade, ainda em setembro de dois mil e dezessete, foi assumir a Presidência do Conselho de Ética e Disciplina Discente, indicou a existência de volume muito grande de processos no Conselho que as próprias coordenadorias poderiam trabalhar, considerando que esse órgão seria mais uma instância final de aplicação de medida administrativa, para dar conta do volume de processos abertos eram realizadas reuniões semanais, as quais eram muito extensas, indicou que atualmente esse número foi reduzido para uma reunião mensal de deliberação do Conselho e uma reunião quinzenal de estudo para cada conselheiro se dedicar aos trabalhos de relatoria de processos e outras atividades, além disso, o Conselho de Ética e Disciplina Discente trabalhou várias Campanhas no decorrer do ano de dois mil e dezoito: setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, com vistas a uma aproximação dos discentes para trabalhar questões de saúde, uso de entorpecentes, álcool, drogas, sexualidade precoce, etc. Ana Carla informou ainda que a CGAC vinha realizando um trabalho mais próximo à família, com convocação do responsável pelo aluno quando necessário, indicou que neste ano houve a necessidade de adoção de medidas de sanção disciplinar e avançou muito nesse sentido. Quanto a alojamentos, teria um contingente de duzentas e quarenta vagas, sendo metade masculina e metade feminina, informou que nesse processo seletivo foi adotado edital de avaliação para o internato mediante critérios da política, o qual ainda estaria em processo de recolhimento da documentação e explicou como funcionou esse edital, que previu a classificação dos estudantes exclusivamente pelo critério de vulnerabilidade. A Coordenadora Geral de Assistência à Comunidade ressaltou não saber se iria preencher todas as vagas, mas a proposta seria trazer para o internato apenas estudantes em situação de vulnerabilidade. Para o Ensino Superior, manifestou que o edital seria publicado no próximo ano, porém as vagas já estariam reservadas, sendo dezesseis para o masculino e dezesseis no feminino, indicou ainda que a CGAC adotou mudanças quanto aos quartos utilizados trazendo o masculino para o bloco de quatro vagas por quarto, e o feminino no bloco de duas vagas por quarto. Ana Carla mencionou ter observado no último edital que a vulnerabilidade com relação a moradia não seria necessariamente o que o Curso Superior necessita, relatou casos de estudantes do Curso Superior que ingressaram no alojamento, mas não estavam pernando na escola, utilizando o regime de internato apenas para as refeições, e ressaltou a intenção de trazer o relatório para o Conselho de Gestão avaliar. Adrielli Ramos Locatelli relatou que os alunos da Agronomia tiveram dificuldades em entender o último edital, ao que Juliana Mezzomo Flores indicou que houve esclarecimento dentro do próprio Conselho de Gestão. A Presidente manifestou a grande dificuldade de comunicação com os estudantes da Agronomia, percebendo que as informações estariam chegando de forma distorcida, o que vinha gerando muitas falácias, salientou que o representante titular da Agronomia no Conselho, Jardel Monteiro de Sousa, não vinha passando as informações aos estudantes e apontou a necessidade urgente de minimizar esses ruídos de informação, ressaltou ainda que os canais de comunicação com a Diretoria Geral sempre estiveram abertos, mas os representantes da Agronomia, coordenação e/ou discentes, não demonstraram a mesma abertura. Ana Carla Gujanwski Ferreira indicou que o colega Jardel manifestou

não querer fazer mais parte da CPAE, sendo que sua escolha foi justamente por ele fazer parte do Conselho de Gestão e do Centro Acadêmico da Agronomia, entendendo assim que ele teria total condição de repassar as informações de forma correta aos estudantes. Walkyria Barcelos Sperandio manifestou que no último edital da Política de Assistência houve um número muito pequeno de estudantes inscritos, indicou a necessidade de cada período ter um representante de turma para facilitar o diálogo, ressaltou ainda que as informações não chegaram aos alunos, os quais estariam sendo lesados por seus próprios representantes e informou que, só no último edital, sobraram cento e doze vagas de subsídio de alimentação. A Presidente manifestou ainda nunca ter sido convidada para uma reunião via Coordenadoria de Curso da Agronomia para prestar quaisquer esclarecimentos aos alunos. Ana Carla Gujanwski Ferreira indicou que quando assumiu a CGAC não havia normas estabelecidas especialmente com relação ao internato, no final de dois mil e dezessete foram aprovadas por este Conselho as normas com relação ao uniforme e comercialização no Campus, mas o internato ainda não tinha um regulamento aprovado, dessa forma, a Direção Geral designou uma comissão que elaborou o regulamento para o regime do internato, que passaria por aprovação neste Conselho, o que seria muito importante para colaborar com o trabalho da equipe. A Presidente registrou que referente à questão do internato, houve melhora considerável da organização e limpeza dos quartos e manifestou sua alegria em trabalhar com a equipe da CGAC. Edna Nunes da Silva informou que houve grande redução das ocorrências de manutenção no internato. Ana Carla Gujanwski Ferreira indicou que os estudantes avaliaram como positiva a obrigação da limpeza dos quartos e incorporaram isso na rotina deles. Elcio das Graça Lacerda parabenizou toda a equipe da CGAC pelos resultados alcançados.

Segundo ponto de pauta – Apresentação dos Resultados da Avaliação Institucional do Campus Santa Teresa: a Presidente esclareceu que o resultado da Avaliação Institucional não veio no mesmo formato do ano anterior, sendo que o representante da CSAI do Campus Santa Teresa, Frederico César Ribeiro Marques, precisou salvar cada tela para passar para a gestão, esclareceu que o mesmo estaria em consulta médica nesta data, não podendo estar presente na reunião do Conselho. A Presidente informou que após análise do resultado da avaliação institucional, a gestão teria que apresentar o RAPA até trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove. Além disso, Frederico se comprometeu a encaminhar os prints das fragilidades apontadas na Avaliação Institucional. Milson Lopes de Oliveira indicou a relevância da avaliação institucional, que iria servir de base para comparar o que tem sido feito para mudar a realidade e lembrou que na avaliação do ano anterior foram constatadas muitas fragilidades, logo seria preciso uma análise criteriosa, que inclui pegar o RAPA anterior para ver o que melhorou e o que precisa melhorar, e sugeriu que este ponto de pauta fosse um item para a próxima reunião do Conselho. Charles Moreto questionou como foi a participação do Campus Santa Teresa neste ano, ao que a Presidente informou que para os docentes manteve cinquenta por cento, mas nos outros públicos houve aumento considerável.

Terceiro ponto de pauta – Apreciação da alteração no Regimento Interno do Campus Santa Teresa em atendimento à solicitação de Auditoria CGU nº 201800579-14: a Presidente informou que recebeu solicitação do Conselho Superior do Ifes para análise pelo Conselho de Gestão da proposta de alteração do regimento interno dos campi, a partir de uma proposição da Reitoria que se baseou na Solicitação de Auditoria CGU nº 201800579-14 e esclareceu que a alteração consistia no fato de que, pelo Regimento Geral do Ifes, a Auditoria Interna estaria vinculada ao Conselho Superior, mas nos Regimentos dos Campi, ela estaria vinculada à Direção Geral, situação que segundo a CGU ameaçaria a independência da Audin no exercício do desempenho de suas atribuições, além de estar em desconformidade com o Decreto nº 3.591/2000, apresentou o e-mail encaminhado pelo Conselho Superior do Ifes em vinte e sete de novembro do corrente ano e colocou para apreciação a proposta de alteração do regimento dos campi, a qual foi aprovada por unanimidade. Esclareceu que devido a necessidade urgente dessa alteração, a presente ata seria encaminhada ao Conselho Superior.

Quarto ponto de pauta – Ratificação das Diretrizes da Matriz Orçamentária para dois mil e dezenove do Campus Santa Teresa: a Presidente informou que, como no ano passado, foi realizado o Orçamento Participativo do Campus Santa Teresa, e percebeu a necessidade de trazer ao Conselho de Gestão para legitimar o processo. Passou a palavra a Milson Lopes de Oliveira que lembrou aos conselheiros como foi o processo do Orçamento Participativo para o exercício de dois mil e dezenove, sendo realizado em quatro fases. A Fase I foi na oitava Reunião com a Direção Geral, realizada no dia oito de novembro do corrente ano, quando houve a apresentação dos Parâmetros Orçamentários pela DIAPL, informando aos presentes sobre os dados do orçamento de dois mil e dezoito e as perspectivas da matriz orçamentária para dois mil e dezenove. Nessa reunião ficaram definidas as outras fases do Orçamento Participativo, sendo a Fase II - Diretrizes de Gestão x Orçamento dois mil e dezenove agendada para o dia vinte e dois de novembro, quando houve a discussão das demandas por diretoria e a definição das proposições à plenária por diretoria. A Fase III ocorreu na nona Reunião com a Direção Geral, realizada no dia vinte e nove de novembro do presente ano, no Auditório Professor Joaquim de Brito Nicoláo, localizado no Prédio Central deste Campus, quando ocorreu a elaboração da Proposta Preliminar pela equipe de Moderação, após a apresentação das proposições à plenária por diretoria e a “Tempestade de Ideias”, com manifestações por escrito e verbal. Para finalizar houve a Fase IV na décima Reunião com a Direção Geral, realizada no dia treze de

dezembro, também no Auditório Professor Joaquim de Brito Nicoláo, quando houve a consolidação do orçamento para dois mil e dezenove, com a apresentação da proposta preliminar global e a aprovação do documento final. Milson Lopes de Oliveira ressaltou que a ideia principal foi tentar amadurecer a cultura da administração das fatias, como foi feito com diárias e visitas técnicas em dois mil e dezoito e após apresentar a matriz orçamentária que foi construída junto com a comunidade escolar abriu para as considerações. Charles Moreto relatou a possibilidade de demanda de alunos com ledor e cuidador, ressaltando que essa possível despesa sairia do valor de custeio do campus. Edna Nunes da Silva informou que o custo anual de um cuidador seria de aproximadamente R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). A Presidente informou sobre o Planejamento do PDTI, que ficou em torno de R\$ 1.223.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e três mil reais) e colocou para apreciação a ratificação das Diretrizes da Matriz Orçamentária para dois mil e dezenove do Campus Santa Teresa, a qual foi aprovada por unanimidade.

Quinto ponto de pauta – Apreciação da Regulamentação dos Usos do Centro de Convivência: a Presidente informou que quando assumiu a gestão do Campus em setembro de dois mil e dezessete, o Centro de Convivência estava sob a administração de uma Comissão, mas a ideia seria a regularização desse uso, porque se fosse locar o espaço o valor seria exorbitante devido à área ser muito grande. Esclareceu que todos os gastos com manutenção predial e energia estão sendo custeados pelo Ifes Campus Santa Teresa e que foi designada por meio da Portaria nº 342-DG, de 27/08/2018, uma Comissão responsável pela elaboração da proposta preliminar do regulamento dos usos do espaço físico, denominado Centro de Convivência do Campus Santa Teresa, em conformidade com a legislação em vigor. Passou a palavra a Milson Lopes de Oliveira, que apresentou o documento e abriu para considerações. Marcelo Monteiro dos Santos manifestou que a proposta seria boa e atenderia as fragilidades do Campus. Juliana Mezzomo Flores sugeriu a possibilidade de outros horários aos sábados. Tiago Dalapícola sugeriu que o prazo de concessão para a lanchonete fosse de doze meses, podendo haver prorrogação no interesse da Administração e que fosse incluído no documento limitações sobre o uso de som, nos níveis de ruído permitido pela legislação. A Presidente colocou para apreciação a Regulamentação dos Usos do Centro de Convivência que foi aprovada.

Sexto ponto de pauta – Apreciação da Minuta do Regulamento do Regime de Internato para o Ifes Campus Santa Teresa, elaborada pela Comissão designada pela Portaria nº 477-DG, de 06/11/2018: a Presidente passou a palavra a Ana Carla Gujanwsky Ferreira que relatou os trabalhos da Comissão, a qual foi formada por pessoas do Internato e do Conselho de Ética e Disciplina Discente, trazendo todos os olhares de sua vivência no cotidiano escolar para o regulamento. Milson Lopes de Oliveira ressaltou que o documento encaminhado por e-mail estava muito bom e retratava o dia-a-dia do Internato, assim sugeriu que o item não fosse discutido com a ideia de mexer em sua essência, mas que o Conselho indicasse três conselheiros para fazer a leitura e ajustes necessários e legitimasse essas pessoas para fazer as adequações permitindo-se à Presidência do Conselho baixar a respectiva resolução. A Presidente colocou a proposta em votação e definiu-se por unanimidade legitimar os Conselheiros Milson Lopes de Oliveira, Ana Carla Gujanwsky Ferreira e Adrielli Ramos Locatelli para analisarem o documento e apresentar a minuta que seria o anexo da resolução, ficando a reunião entre esses membros marcada para o dia vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, às 14h, e nesse prazo poderiam ser enviadas sugestões pelos conselheiros. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Às 12h05min, nada mais havendo a tratar eu, Kiara Antonia Sperandio Pierazzo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

Walkyria Barcelos Sperandio
Presidente

Kiara Antonia Sperandio Pierazzo
Secretária

Adrielli Ramos Locatelli

Edna Nunes da Silva

Leonardo de Souza Rocha

Ana Carla Gujanwsky Ferreira

Élcio das Graça Lacerda

Marcelo Monteiro dos Santos

Charles Moreto

Hediberto Nei Matiello

Milson Lopes de Oliveira

Ednaldo Miranda de Oliveira

Juliana Mezzomo Flores

Tiago Dalapícola

